

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL

COMO OS PROFESSORES GESTORES PODEM PARTICIPAR DA FORMAÇÃO
DO CIDADÃO

Cristina Idevani Stangherlin Arnout¹

Sueli Menezes Pereira²

RESUMO: Trata o presente trabalho o tema cidadania e educação, no qual se enfoca as questões históricas relacionadas ao conceito de cidadania. Situa-se a relação entre a escola e a necessidade de formar o cidadão a partir das leis educacionais e das referências de posições oficiais. Tenta-se examinar o fato apresentando, algumas posições de autores clássicos e contemporâneos, com o objetivo de esclarecer os tipos de práticas necessárias e possíveis para formar o cidadão como um compromisso da escola.

PALAVRAS CHAVES: Educação - Cidadania - Escola - Participação.

Este trabalho tem por objetivo abordar a questão da cidadania na escola hoje, partindo do conceito histórico de cidadania, a educação no Brasil e suas respectivas legislações e a partir de uma entrevista nas escolas analisar como o professor hoje concebe cidadania e qual sua prática para formar o cidadão.

Ao nível de construção política e social, educar é um processo democrático de descoberta e redescoberta do ser humano em comunidade, de formação do sujeito, cuja participação sempre mais consciente de todos é uma necessidade, tanto como exercício de liberdade, como direito instituído. A educação da cidadania é algo construído, pelo desfazer de concepções instituídas como permanentes e inquestionáveis e, em contraposição, pela construção de novos conceitos, tanto pelo conhecimento produzido na escola e suas práticas, como pela inserção em movimentos populares em busca de mais humanidade.

A história brasileira que já nasceu no bojo do projeto capitalista revela uma história de exclusão social, de produção da miséria, de indiferença, de separações

¹ Aluna do Curso de Especialização em Gestão Educacional - UFSM

² Professora Orientadora do Trabalho - UFSM

gigantescas entre ricos e pobres, entre raças, entre classes sociais, o que retrata uma história de dependência aos ditames da ordem capitalista, numa posição periférica.

Isto se explica com o avanço da modernização e das práticas sociais e econômicas sob a égide do neoliberalismo, pelo qual, novos modos de viver aconteceram ao longo da história, isto porque ele traz dentro de si a contradição de suas próprias idéias. De um lado, aponta Gentilli(1995), prega a modernização, o avanço, o progresso e de outro, realiza brutal desigualdade a partir da imposição das leis mercado.

Nesta contradição os indivíduos são convocados a tornarem-se cidadãos, produtores de sua história, desafiados a viverem sua diversidade e não mais assumirem uma exclusiva posição de subordinação ou de sustentação de estruturas excludentes, o que se constitui no grande desafio de uma educação transformadora.

O conceito de cidadania teve origem na Grécia Antiga, como atestam os escritos de Aristóteles que definem a ação de cidadania como participação (SANTOS e SCHETZLER, 2000).

Desde sua origem, a idéia de cidadania está vinculada ao princípio de que os habitantes têm o direito de participar ativamente da vida da sociedade, o que é corroborado em nossos dias, enquanto coloca a participação na sociedade como característica básica da cidadania (DEMO, 1988).

Na sociedade atual, capitalista e voltada para o lucro, como informa Boneti (1999), a idéia central é a idéia de utilidade para o mercado e, nela, tornar-se cidadão, é participar do processo produtivo e do consumo.

Cidadania, na atualidade, só pode ser entendida se associada a questões de cultura, a domínio de conhecimentos, a entender os processos do mundo. É consenso mundial que a capacidade de manejar e produzir conhecimento é arma mais importante da cidadania, diz Demo(1988). A cidadania moderna é um processo de inclusão social, pois não basta apenas saber ler, escrever e contar, porque esta é uma competência preliminar. Ser cidadão é mais do que isso: é saber pensar, aprender a aprender, porque cidadão autêntico é aquele capaz de conceber e realizar projeto moderno e próprio de desenvolvimento, em sentido tipicamente emancipatório. Isto é o que se deseja na escola moderna.

A construção da cidadania implica na construção do homem de forma individual. A este, inserido em uma cultura e meio social toma consciência dos

problemas que atingem este meio e tenta resgatar os direitos humanos fundamentais das pessoas. Assim, a cidadania é uma condição construída no sujeito.

Ao falar em formação para a cidadania, hoje, nós educadores, precisamos nos embasar nos diversos conceitos e posições políticas e procurar situar as etapas por que passou a cidadania dentro da política social e econômica, o que as fundamentaram e o que as levou a tal situação, influenciando a educação.

Para avaliar a questão, é necessária uma retrospectiva histórica do papel que tem assumido a educação no contexto capitalista dependente em que vivemos e, nele, entender o papel da escola quanto ao tipo de homem que se propõe formar.

O Brasil é um país de dimensões continentais que, ao longo de sua história, sofreu influências de diversas formas e se caracterizou por um contínuo processo de dominação e conseqüentemente por dependência externa, como aponta Romanelli(1984).

Resultante das discussões sobre um projeto de educação nacional no novo contexto pós Revolução de 1930, vai para o Congresso em 1948 o projeto de Lei que organiza a educação em nível nacional.

Após debates intensos entre os dois grupos no Congresso Nacional: os defensores do ensino público e os defensores do ensino particular (GADOTTI, 2000), é sancionada a Lei 4024/61, primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Observa-se o compromisso que a educação assume com a formação da cidadania, o que está explicitado no conjunto das finalidades do texto da lei.

Com o golpe, interrompeu-se o ambicioso projeto de educação popular, aponta Gadotti (2000), e promoveu-se um outro tipo de reformas, como a expansão da escola, criação de novos pontos educacionais, como Centros Educacionais e profissionalizantes.

A educação se expandiu quantitativamente, tornando-se acessível a um maior grupo de pessoas. Uma das conclusões deste processo, pelo baixo investimento em educação, foi a grande demanda da população rural para os centros urbanos em busca do trabalho nas indústrias. Isto descaracterizava nossa economia, predominantemente rural e implantava um modelo industrial com base na dependência científico-tecnológica, cria-se a lei 5692/71.

Para a crescente industrialização fez-se necessária a formação da mão-de-obra para atender a demanda de um suposto mercado de trabalho, visto que as novas tecnologias eram excludentes de mão de obra desqualificada. Com isto, se priorizava o

capital e desvalorizava o indivíduo, tornando-o mão-de-obra barata às indústrias que, por intermédio do capital estrangeiro ironicamente pregavam o desenvolvimento do país.

A Lei 5692/71 extinguiu na escola toda forma de expressão, criação e inivação do indivíduo, preparando-o apenas para o trabalho manual. A distância entre a ciência e a técnica, entre o fazer e o pensar, entre a teoria e a prática foi a sua marca.

A cidadania ficava assim restrita a participação social para o desenvolvimento produtivo. O cidadão lutava apenas pela sobrevivência, não pelo tipo de sociedade. Esta foi imposta e determinada aos indivíduos pela separação em classes sociais segundo o desempenho produtivo: os mais aptos aos postos de comando, os menos preparados para a execução de tarefas.

A tarefa está em nossas mãos. O trabalho é árduo, mas necessário. Precisamos nos engajar e partir de nossa realidade criando formas de trabalho que propiciem às crianças espaços de formação e de construção da cidadania real, plena, revertendo o papel de formar indivíduos passivos e acríticos, já que a cidadania passiva foi altamente ensinada. Este é o espaço que temos de ocupar a partir da Constituição de 1988.

A LDB 9394/96 abre espaços e dá direitos para que as escolas teorizem e coloquem em prática a sua proposta de gestão democrática, o que passa a ser um direito pelo espaço de participação de todos os cidadãos comprometidos com uma educação de qualidade voltados para a transformação social. No entanto, conforme DEMO (1998, p. 96), "... direitos são devidos incondicionalmente. Na prática precisam ser conquistados".

Essa capacidade de conquista, de mobilização e articulação da escola e da própria sociedade como um todo, colocando em prática os princípios da Lei, revela a própria capacidade de conquista de sua cidadania, autonomia e emancipação.

Entre os direitos do cidadão está a possibilidade de freqüentar a escola, como direito social, como afirma Gentili (1995). A escola contribui para o seu desenvolvimento, para a construção de sua identidade como ser individual e social. A escola é uma das mais importantes instituições a que se atribui essa formação.

Entre as características da formação do cidadão está a aquisição de conhecimentos consubstanciada na formação da capacidade de poder, cada indivíduo, expressar-se livremente, num jogo de poder político, diz Gentilli (op.cit). O cidadão formado pela escola deve ter assegurado o direito de apresentar suas idéias em todos os campos, exercitando a pluralidade de posicionamentos, a participação ativa e a

construção pessoal. Portanto o desenvolvimento do aluno não inclui somente a identidade, mas assegura a liberdade de expressão.

De maneira geral os debates hoje são em defesa de uma nova proposta curricular para a escola, quebrando antigos laços com conteúdos da ciência de modo exclusivo. A atual proposta para a educação nacional inclui a visão política da realidade, as vivências sociais, as relações com o todo mundial e inclui principalmente o trabalho em equipe. Propõe-se a quebra, ao lado do modelo curricular, das relações de poder centrada na pessoa do diretor, ou no modelo empresarial usado até então. A participação de todos os membros da equipe garantirá a qualidade social necessária aos projetos a serem implantados.

Ao pensar em cidadania, devemos ter claro que não é apenas ter conhecimento de direitos e deveres prescritos em lei. Implica em participar de forma efetiva na construção das normas que regulamentam a moral, a justiça, a ética de uma sociedade.

A educação para a cidadania global propõe o desenvolvimento de uma consciência ecológica, relacional, pluralista interdisciplinar. Sistêmica e espiritual, que traga maior noção de abertura, hábitos e valores, que traga uma nova visão da realidade baseada na consciência do estado de interrelações e interdependência essencial com tudo a sua volta, que transcenda fronteiras disciplinares, conceituais, físicas, sociais e culturais, este é um princípio enunciado por Sacristán (1988).

A pesquisa referente às concepções e prática de cidadania, objeto deste trabalho, ocorreu no município de Itaara/RS que tem uma população fixa de 4.000 habitantes. É um município que tem sua base econômica na pequena propriedade rural e, mas apesar disto, sua rede de escolas municipais está toda localizada na zona urbana, cujo alunado é oriundo de famílias de baixa renda. No total, são cinco escolas. Destas, duas são de ensino fundamental completo e três só com as quatro séries iniciais.

Sendo o município emancipado há apenas 8 anos, todas as propostas de trabalho educacional ainda estão no processo de construção, experimentação.

Para a efetivação do presente trabalho, foram feitos questionamentos em 3 escolas da rede municipal.

Na questão 1 : **“Qual o seu conceito de cidadania?”**

Dominou nas escolas o conceito de “direitos e deveres” como componentes da cidadania

Nas respostas, observa-se que a maioria dos professores ainda tem um conceito de cidadania tradicional, individualista, reproduzindo a visão elitista que tem permeado a concepção de cidadania na ordem capitalista. Deste modo, a cidadania é vista apenas no ângulo de direitos e deveres, e não como um processo de participação do indivíduo na sociedade, tal como se observou a idéia de cidadania na Grécia antiga, berço da cultura sociedade ocidental.

Questão 2: “O que você entende por democracia?”.

Aqui as respostas avançam no sentido de liberdade de expressão em relação à questão 1. A maioria dos professores responderam que entendem democracia como liberdade de expressão de ação. Somente um professor teve o conceito tradicional de democracia como sendo uma forma de governo.

Questão 3: “Como o projeto político pedagógico de sua escola contempla a formação para a cidadania?”.

As respostas evidenciam ações e palavras como: *“criatividade-participação, parte da realidade do aluno; métodos construtivistas; valores, auto-confiança; escola x comunidade = ambiente integrador; ação pedagógica voltada para hábitos e atitudes, valores éticos e morais, responsabilidade e socialização”*.

Os professores ainda em sua totalidade confundem filosofia com prática, pois explicitaram as ações que realizam e não os princípios que as regem. Falam de práticas generalizadas, ou de aspectos como “participação” sem esclarecer onde ela acontece. Não mencionam projetos ou outras formas de metodologias.

Questão 4 : “Em sala de aula quais são suas práticas para formar o cidadão?”.

Analisando as respostas, observa-se que a idéia de participação fica reduzida à idéia de opinião. A construção e ação ficam reduzidas a ouvir aconselhamentos. A agravante desta situação é a observação de que cada professor fala por sua disciplina, o que sinaliza para a idéia de trabalho setorizado, individualizado, não participativo com implicações no modelo de escola, que se idealiza para formar o cidadão real.

Vemos, então, que a instituição educativa, através de seus professores não consegue operacionalizar uma proposta democrática de escola para a participação, o

que, efetivamente, a distancia de uma escola voltada para a formação da cidadania, visto que não há cidadania sem democracia e esta não se realiza sem a participação.

Não se observam nas respostas dos professores elementos políticos e sociais significativos e sua relação com o conhecimento que é desenvolvido através das disciplinas. Com o conhecimento descontextualizado, se reproduzem antigas práticas e a relação teoria-prática fica apenas no discurso. Defendem práticas escolares coletivas na teoria, mas suas práticas de sala de aula, por sua falas, não respondem por práticas de planejamento participativo reforçando, assim, o individualismo e os valores de subordinação e obediência, contrariando suas próprias intenções.

Vemos então que a questão da cidadania ainda não é planejada na escola, mas somente pensada. Acontece espontaneamente e não como ato intencional. Cidadania ainda se confunde com pessoa educada aos moldes da educação de elite. Desta forma, ser cidadão é ser socializado, participante de uma estrutura já dada e a ela ajustado, sem idéias de transformação.

Com isto se reproduz a escola individualizada, distanciada da realidade social, política e cultural perdendo-se a ocupação do espaço de autonomia escolar, legalmente instituído para a organização de uma escola democrática. Com isto se perde o espaço da construção da cidadania, pois não há cidadania sem democracia.

A cidadania é um compromisso da educação devendo ser gestada em função da formação do indivíduo para assumir as mudanças na sociedade com a consciência necessária de si e de seu contexto.

Ensinar para a cidadania necessita de uma transformação da escola individualista, setORIZADA e burocrática que ainda persiste na realidade brasileira.

Para a mudança da escola é necessário aperfeiçoar as aulas, fazer projetos interdisciplinares, “enterrar regrinhas” e plantar princípios. É analisar as grandes questões sociais, tomar posições, tornar-se solidário, criar ambiente cooperativo de respeito e tolerância e, sempre que possível, buscar novas alternativas de soluções para os problemas que a sociedade enfrenta e que se reproduzem na escola.

A sociedade atual sofre interferências dos mais diversos campos. Vivemos num mundo globalizado, com inúmeras contradições como: enquanto alguns usufruem tecnologias de ponta, outros ainda brigam por um emprego, por uma moradia, por saúde e outras necessidades básicas do indivíduo. O neo-liberalismo separa e mantém estruturas de poder e divisão social para garantir o seu projeto. O avanço das

privatizações diminuindo o papel do Estado, que por sua vez perde o controle sobre o estoque monetário internacional, diminuindo assim as receitas públicas, e acaba assim por desassistir a população que gradativamente vai perdendo os direitos e o acesso à cidadania.

O projeto de uma escola que pretende formar para a cidadania deve ter como princípio básico o sujeito como o centro de seus conhecimentos. Educadores e educandos devem ter este princípio refletido em suas práticas, como um sonho de uma educação emancipadora, associada a um projeto sociocultural voltado à formação de sujeitos históricos capazes de conscientemente, produzir e transformar sua existência.

Sendo a organização da escola produto da criação humana, não é ilusório acreditar que só no empenho coletivo de uma equipe se caminhará na direção de uma sociedade mais justa e mais humana, capaz de opor-se ao neoliberalismo em favor da formação humana, a não da formação de indivíduos isolados para atender as demandas do mercado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. **Ideologias e Aparelho Ideológico do Estado**. SP: Martins Fontes, s/d, trad. de Joaquim M. Ramos.

AZEVEDO, J.C. **Educação e Neoliberalismo**. Revista Paixão de Aprender. Nº. 9. Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre. Dezembro, 1995.

BRASIL, **Constituição Federal**. Brasília : 1988.

BRASIL, **LEI 9.394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília : 1996.

BONETI, Lindomar Wessler , FERREIRA, Liliana Soares Org. **Educação e Cidadania**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1999.

BUFFA, E., ARROYO, M., NOSELLA, P.: **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** SP. Cortez. 5ª ed. 1995.

CAMARGO, L. (org.) **Almanaque Abril**. S.Paulo, Abril Cultural, 1999.

CUNHA, L. A. **Uma leitura da Teoria da Escola Capitalista**. RJ Achiamé, 1980.

DEMO, P. **Desafios Modernos da Educação**. Petrópolis, Editora Vozes, 1988.

FAZENDA, I. **O Pacto do Silêncio**. SP: Loyola, 1985.

FERREIRA, N. T. **Cidadania uma questão para a Educação**. RJ : Nova Fronteira, 7ª ed, 1993.

FICHMANN, R. **Escola Brasileira: temas e estudos**. SP, Atlas, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. RJ: Paz e Terra, 1970.

_____, **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à Prática educativa. 12ª ed. SP: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

_____, In PRADO, R. **Lições para o resto de nossa vida**. Nova Escola. SP: Editora Abril, abril 2000, pg. 13.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 3ª ed. SP: Cortez , 1989.

_____, Educação como capital: uma “teoria” mantenedora do senso comum. **Revista Brasileira de Administração da Educação**, v.12, n.2, p.53 – 77, jul./dez. 1996.

GADOTTI, M. **Autonomia da Escola: princípios e propostas.** 3ª ed, SP, Cortez, 2000.

GENTILI, P. (ORG) **Pedagogia da Exclusão. Críticas ao Neoliberalismo em Educação.** Petropolis: Vozes, 1995.

GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura.** RJ: Civilização Brasileira, 1968.

KURY, C. R. J. **Gestão Democrática da Educação:** Exigências e Desafios. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação. São Bernardo do Campo, v 18, nº 2, jul/dez 2002.

MONROE, P. História da Educação: 1ª ed. SP: Editora Nacional, 1979.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília : MEC/S EF, 1997.

PEREIRA, S. Gestão da Escola Básica: contexto e ação. [Paidéias@idéias.http://www.ufsm.br/ndeontme](http://www.ufsm.br/ndeontme) Download realizado em 28/12/99.

RIBEIRO, M. L. S. **História da Educação Brasileira:** a organização escolar. 15ª ed. Campinas, SP : Autores Associados, 1998.

ROMANELLI, O. **História da Educação .** Petrópolis.Vozes, 1984.

SACRISTÁN, J.G. **O Currículo: uma reflexão sobre a prática.** 3ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

SANTOS W.L.P. SCHETZLER R.P **Educação em Química: compromisso com a cidadania.** Ed. UNIJUÍ, 2ª. col. 2000.